

O bom exemplo farmacêutico de Minas

- Governador de Minas, Aécio Neves, lança um conjunto de ações na área da saúde, entre elas o **Programa Farmácia de Minas**. A convite de Aécio, o Presidente do CFF, Jaldo de Souza Santos, participa da solenidade de lançamento, no Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte.

Pelo jornalista Aloísio Brandão,
Editor desta revista.



Governador de Minas, Aécio Neves, e o Presidente do CFF, Jaldo de Souza Santos. Ao centro, o Secretário estadual de Saúde, Marcus Pestana.



Governador Aécio Neves (centro) anuncia o conjunto de ações em saúde do qual faz parte o Programa Farmácia de Minas

O Governador de Minas, Aécio Neves, lançou, no dia 17 de junho de 2008, no Palácio da Liberdade, sede do Governo, em Belo Horizonte, um conjunto de ações na área da saúde com investimentos da ordem de R\$ 70,4 milhões provenientes do Tesouro Estadual. Entre as ações, figura o **Programa Farmácia de Minas**, uma medida revolucionária que, numa primeira fase, levará uma farmácia a 67 Municípios mineiros com população de até 10 mil habitantes.

Na fase seguinte, outros 107 Municípios com população entre 20 e 30 mil serão os beneficiados. A rede estadual cobrirá mais de 70% das cidades mineiras. A previsão do Governo do Estado é de que, até 2010, 600 farmácias já estejam construídas. O foco dessa política é a atenção primária à saúde. Nas unidades, serão dispensados medicamentos necessários a esse nível de atendimento,

entre analgésicos, antiasmáticos, cardiovasculares e outros.

O Programa Farmácia de Minas é revolucionário, porque o sentido de assistência farmacêutica não está focado exclusivamente na aquisição e distribuição de medicamentos. O seu alcance é muito maior, vez que leva o farmacêutico para o centro do Programa. Mas não o farmacêutico de corpo presente e, sim, o profissional extremamente qualificado e com todas as condições de desenvolver o seu trabalho junto à comunidade. Noutras palavras, ele encontrará, ali, a infra-estrutura dotada de recursos de que necessita para prestar o melhor serviço possível.

Enfim, o Programa é complexo e sobre ele debruçaram-se excelências farmacêuticas e gestores de Minas, com o objetivo de alinhar uma proposta que ressaltasse o acesso ao medicamento e todo o potencial abrigado nos serviços

farmacêuticos, com o objetivo de disponibilizá-los, de maneira ágil e sem burocracia, à população.

O Programa nasceu nas cabeças do Secretário Estadual de Saúde, economista Marcus Pestana; do Superintendente de Assistência Farmacêutica de Minas, farmacêutico Augusto Afonso Guerra Júnior; e do Coordenador Executivo da Rede Farmácia de Minas, farmacêutico Homero Filho.

No lançamento do pacote para o setor de saúde do qual faz parte o Farmácia de Minas, o Governador Aécio Neves destacou as estratégias que serão definidas junto aos Municípios. Salientou que o grande desafio é o controle de gasto público e a aplicação correta das verbas. "As ações desenvolvidas e a transparência nas aplicações, cada vez mais, contribuem para que a população receba bom atendimento o mais perto de casa possível. Com os investimen-

tos para os Municípios, ajudamos a desafogar os serviços de saúde disponíveis nos grandes centros urbanos. É uma caminhada bem traçada com diversos apoiadores”, comentou o Governador.

O secretário de Estado de Saúde, Marcus Pestana, destacou que a continuidade da gestão está permitindo consolidar as mudanças e as melhorias no setor de saúde pública e, ao mesmo tempo, assegurando à população dignidade, por meio dos avanços coerentes das diretrizes programadas. “É um grande desafio, pois temos realizações concretas que servem de ponte para construir uma nova percepção sobre o que está sendo feito por esta gestão, que está mudando o perfil da saúde, em Minas, e que está servindo de referência para todo o País”, lembrou.

CFF – O Presidente do Conselho Federal de Farmácia (CFF), Jaldo de Souza Santos, atendendo a convite do Governador Aécio Neves, foi a Belo Horizonte, para participar do lançamento do Farmácia de Minas. Souza Santos disse-se “impressionado” com a natureza do Programa.

“Minas está dando um bom exemplo de que problemas do setor de saúde devem ser resolvidos, a partir da oferta de serviços farmacêuticos qualificados”, observou o Presidente do CFF. Segundo ele, o Governo mineiro dá uma demonstração de maturidade e de sensibilidade para com as questões da saúde, à medida em que desloca para o centro da cena da saúde os serviços farmacêuticos, entendendo-os como uma prioridade social. Dr. Jaldo destacou a ênfase na dispensação e no acompanhamento farmacoterapêutico do paciente que será dada pelo Programa.



Modelo de fachada de farmácia do Programa Farmácia de Minas para cidades históricas



Modelo de fachada de farmácias do Programa Farmácia de Minas para cidades não históricas

ENTREVISTA – A revista PHARMACIA BRASILEIRA entrevistou o Secretário de Saúde do Estado de Minas Gerais, Marcus Pestana, e o Superintendente de Assistência Farmacêutica de Minas, Augusto Guerra, tendo por tema o Programa Farmácia de Minas. Economista, Pestana presidiu o Conselho Nacional de Secretários de Estado de Saúde (Conass) e foi Secretário do Planejamento e Coordenação Geral de Minas, na gestão de Eduardo Azeredo. Augusto Guerra é farmacêutico, desde 1995, pela Uni-

versidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com mestrado em Ciências Farmacêuticas pela mesma Universidade. Também atua como Consultor do Ministério da Saúde e como professor do Centro Universitário Newton Paiva. Tem experiência na área de Gestão, Informática e Economia, com ênfase em Economia da Saúde, atuando principalmente em política de medicamentos, fármaco-economia, economia da saúde e vigilância sanitária.

VEJA AS ENTREVISTAS ►

ENTREVISTA

■ Com o Secretário de Saúde de Minas, Marcus Pestana.

“A principal economia que vislumbramos, inicialmente, é a redução de perdas de medicamentos, em consequência das Boas Práticas de Armazenamento e de um eficiente gerenciamento de estoques, coordenados pelo farmacêutico”

(Secretário de Saúde de Minas, Marcus Pestana)



Secretário de Saúde de Minas Gerais, Marcus Pestana

PHARMACIA BRASILEIRA – O Governo de Minas está implantando o programa referencial “Farmácia de Minas”. Secretário Marcus Pestana, o senhor pode apresentá-lo?

Secretário de Saúde de Minas, Marcus Pestana – Inicialmente, gostaríamos de destacar a importância da Política Nacional de Medicamentos e seu conjunto de diretrizes, especificamente a reorientação da Assistência Farmacêutica. Reconhecendo essa necessidade, a Secretaria de Estado da Saúde de Minas (SES-MG) promoveu a evolução institucional da antiga Gerência de Assistência Farmacêutica (GEAF) e Superintendência de Assistência Farmacêutica (SAF).

Esta ação estabeleceu uma estrutura estadual efetiva de assistência farmacêutica (AF), com recursos humanos preparados e capacitados para desempenhar as responsabilidades inerentes à sua

função, pois assumiu um papel prioritário para planejar, organizar, coordenar, acompanhar e avaliar a Política Estadual de Assistência Farmacêutica (PEAF).

Elaboramos o *Plano Estadual de Estruturação da Rede de Assistência Farmacêutica: Rede Farmácia de Minas*, instituído, por meio da Deliberação CIBSUS-MG nº 416/08, que cria o incentivo financeiro para a estruturação das Unidades da Rede Estadual de Assistência Farmacêutica, dividido em dois componentes: incentivo para estruturação da Unidade Farmácia de Minas e incentivo para custeio de profissional farmacêutico, em Municípios de até 10.000 habitantes.

PHARMACIA BRASILEIRA – Por que o programa prioriza Municípios com até 10 mil habitantes, Dr. Marcus Pestana?

Secretário de Saúde de Minas, Marcus Pestana – Primeira-

mente, é importante dizer que os 493 Municípios mineiros com até 10.000 habitantes representam 58% da totalidade de Municípios de Minas Gerais. No Brasil, dos 5.564 Municípios, 2.662, ou seja, 48% são Municípios com até 10.000 habitantes. No tocante à organização da assistência farmacêutica, por muitas vezes, esses Municípios estão à mercê da própria sorte.

Tal priorização deve-se ao fato de esses Municípios possuírem o maior gasto *per capita* com medicamentos, serviços menos estruturados, dificuldade na fixação de profissional farmacêutico e, ao mesmo tempo, uma boa cobertura do PSF (Programa de Saúde da Família).

PHARMACIA BRASILEIRA – Secretário, é impossível se conceber a idéia de uma saúde pública de qualidade, sem que da mesma não façam parte os serviços farmacêuticos. Que impacto esses serviços vão gerar à saúde das populações dos Municípios que implantarem o Farmácia de Minas?

Secretário de Saúde de Minas, Marcus Pestana – Sem dúvida. A expectativa maior com o Programa Farmácia de Minas é garantir o acesso aos medicamentos para atenção primária pela população, através da organização em rede da assistência farmacêutica, com a humanização do atendimento.

PHARMACIA BRASILEIRA – O programa Farmácia de Minas vai gastar quanto? E em que? Quanto os serviços farmacêuticos deverão gerar de economia para os cofres do Estado?

Secretário de Saúde de Minas, Marcus Pestana – Com recursos próprios do Tesouro Estadual – iniciativa inédita, no País –, investiremos, até 2.010, cerca de R\$ 66 milhões na implantação da Rede Farmácia de Minas, composta por 600 Unidades do Programa. Desse total de recursos, R\$ 55 milhões serão investidos na construção, aquisição de mobiliário, equipamentos e bibliografia para as Unidades da Rede.

O restante, R\$ 11 milhões, será destinado ao custeio do profissional farmacêutico Diretor Responsável Técnico da Unidade. A partir de 2.011, será investida cerca de R\$ 9 milhões anuais para custeio do profissional.

A principal economia que vislumbramos, inicialmente, é a

redução de perdas de medicamentos, em consequência das Boas Práticas de Armazenamento e de um eficiente gerenciamento de estoques, coordenados pelo farmacêutico.

Além disso, com o acompanhamento farmacêutico, os ganhos futuros na atenção à saúde do usuário refletirão nos indicadores estabelecidos para o monitoramento do Programa.

ENTREVISTA

■ Com o Superintendente de Assistência Farmacêutica de Minas Gerais, Augusto Guerra.

PHARMACIA BRASILEIRA – Superintendente de Assistência Farmacêutica, Dr. Augusto Guerra, o Conselho Federal de Farmácia tem recebido notícias de que Municípios de todas as regiões do País estão contratando farmacêuticos para atuar em sua saúde pública. Muitos estão inclusive implantando os seus Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASFs). Isso pode ser traduzido como uma clara evidência de que os benefícios produzidos pelos serviços farmacêuticos – e de que os profissionais farmacêuticos são essenciais para a construção de uma saúde de qualidade – estão criando um novo pensar entre os gestores, no sentido de inserir os serviços farmacêuticos na saúde pública?

Superintendente de Assistência Farmacêutica de Minas Gerais, Augusto Guerra – Vemos com bons olhos as iniciativas dos gestores na contratação de profissionais farmacêuticos. A iniciativa

dos NASFs contribui para este processo. No entanto, temos que ressaltar que não basta contratar farmacêuticos, se a visão de assistência farmacêutica estiver focada em aquisição e distribuição de medicamentos.

Torna-se necessário estabelecer um “Modelo de Serviço Farmacêutico para o SUS”, ou seja, o farmacêutico tem que ter condições adequadas de trabalho, ou seja, infra-estrutura dotada de recursos que o possibilite prestar serviços. É fácil dizer “o que fazer”. O difícil é propiciar o “como fazer”.

PHARMACIA BRASILEIRA – Minas é um exemplo de política de assistência farmacêutica. Como o senhor recebe esta afirmação?

Superintendente de Assistência Farmacêutica de Minas Gerais, Augusto Guerra – Temos que reconhecer que existem outras iniciativas de organização da



Superintendente de Assistência Farmacêutica de Minas, Augusto Guerra

Assistência Farmacêutica pelo País afora. O consórcio do Paraná é uma boa iniciativa para a aquisição de medicamentos; Municípios, como Recife e Vitória, contam com boas propostas e, em Minas Gerais, podemos citar projetos estruturadores em diversos Municípios, como o exemplo de Contagem.

Temos consciência de que o Governo de Minas tem um projeto de caráter inovador. A estratégia do Farmácia de Minas é a proposição de um modelo de serviço farmacêutico que tende a romper paradigmas. Sabemos que, para o alcance do sucesso do projeto, a parceria com os Municípios, Governo Federal e entidades de classe serão de fundamental importância para a organização dos serviços farmacêuticos, no SUS.

“O Programa define que o profissional farmacêutico se dedique, de forma integral, à farmácia, ou seja, todas as suas Unidades terão farmacêuticos, durante todo o seu horário de funcionamento”

(Superintendente de Assistência Farmacêutica de Minas Gerais, Augusto Guerra)

PHARMACIA BRASILEIRA – O interesse dos Municípios em buscar o Governo do Estado de Minas para firmar a parceria, com vistas à implantação do Programa, superou todas as expectativas dos senhores e os surpreendeu. A que o senhor atribui tanto interesse pelo serviço farmacêutico?

Superintendente de Assistência Farmacêutica de Minas Gerais, Augusto Guerra – Acredito que um dos motivos é propriamente a estruturação da Assistência Farmacêutica municipal. Como dito, anteriormente, os Municípios priorizados carecem de sua organização.

Paralelamente, acredito na credibilidade que o Programa adquiriu com os Municípios. Suas bases e conceitos estão muito bem estabelecidos e foram concebidos com base em dois princípios do SUS: universalidade e equidade.

PHARMACIA BRASILEIRA – Quantos Municípios serão atendidos, num primeiro momento, e quantos se beneficiarão, em se-

guida? Quando as farmácias funcionarão?

Superintendente de Assistência Farmacêutica de Minas Gerais, Augusto Guerra – Até 2.010, serão implantadas 600 Unidades do Programa Farmácia de Minas, em todo o Estado. Neste ano, implantaremos 67 farmácias. O restante da meta será executado, entre 2.009 e 2.010. Para este ano, a previsão é que as farmácias iniciem o atendimento à população, a partir do mês de outubro.

PHARMACIA BRASILEIRA – Quantos farmacêuticos serão contratados? Que atividades eles irão desenvolver nas farmácias do programa?

Superintendente de Assistência Farmacêutica de Minas Gerais, Augusto Guerra – O Programa define que o profissional farmacêutico se dedique, de forma integral, à farmácia, ou seja, todas as Unidades terão farmacêuticos, durante todo o seu horário de funcionamento. Até 2.010, serão con-

tratados pelos Municípios parceiros cerca de 600 farmacêuticos para o desenvolvimento dos trabalhos de cada Unidade.

Em junho, todos os farmacêuticos contratados pelos Municípios parceiros estarão, em Belo Horizonte, para participar do “I Seminário de Implantação da Rede Farmácia de Minas”. Este Seminário tem como objetivo a apresentação das bases e princípios do programa, discutir a assistência farmacêutica, no SUS, além de apresentar aos profissionais as atividades que serão desenvolvidas nas Unidades.

Além de realizar atividades corriqueiras, como armazenagem adequada, programação da necessidade de medicamentos e dispensação, esses profissionais deverão entender como será sua atuação frente a esse novo estabelecimento de saúde municipal, a Farmácia de Minas. Os farmacêuticos deverão estar preparados para se relacionar com as equipes de Saúde da Família do Município, visando à integralidade das ações e o uso racional de medicamentos.

Por meio do Sigaf (Sistema Integrado de Gestão da Assistência Farmacêutica), deverão acompanhar prioritariamente o cumprimento do tratamento de tuberculose, hanseníase, hipertensão, diabetes e saúde mental e deverão notificar o aparecimento de reações adversas a medicamentos e queixas técnicas.

Para isso, estamos disponibilizando aos profissionais o Manual de Acompanhamento Farmacoterapêutico e de Farmacovigilância, elaborado pela SES-MG, além de uma relação de aproximadamente dez livros para subsidiá-lo em seus trabalhos. Estes são alguns exemplos do “pacote” de serviços a se-

rem prestados à população pela Rede Farmácia de Minas.

PHARMACIA BRASILEIRA –

Quais são os critérios estabelecidos pelo Governo estadual para pactuar com os Municípios a implantação do programa? O que caberá a cada parte (ao Município e ao Estado)? Qual o volume do incentivo financeiro que o Estado destinará ao Município?

Superintendente de Assistência Farmacêutica de Minas Gerais, Augusto Guerra –

Os critérios utilizados para a seleção dos Municípios foram estabelecidos no mesmo ato que cria o Programa – a Deliberação CIBSUS-MG nº 416. São critérios técnicos, como possuir plano municipal de assistência farmacêutica sob direção de profissional farmacêutico, ter sido contemplado com o Programa Saúde em Casa da SES-MG, possuir o componente básico de medicamentos centralizado no Estado, dentre outros. Cada critério possui uma pontuação específica que, somada, estabelece a pontuação total do Município e a relação dos contemplados, de acordo com a ordem decrescente de classificação.

Os Municípios parceiros terão algumas responsabilidades e obrigações que foram estabelecidas no termo de compromisso assinado com a SES-MG. Os Municípios deverão assegurar que a Farmácia de Minas tenha alvará sanitário, inscrição no CRF e no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

Além disso, que o farmacêutico assuma integralmente as atividades relativas à Farmácia, que seja cumprido o conjunto de Boas Práticas Farmacêuticas, além de

outras responsabilidades que garantam o reconhecimento da Farmácia de Minas como estabelecimento de saúde, e como referência na prestação de serviços farmacêuticos para a população.

Para isso, o Município receberá do Governo de Minas R\$ 90.000 para construção da farmácia e aquisição de mobiliário e equipamentos, além de 13 parcelas de R\$ 1.200,00 como incentivo para o custeio do profissional farmacêutico.

É importante ressaltar que o farmacêutico também terá que cumprir o Termo de Responsabilidade Técnica, assinado pelo profissional. No referido Termo, o farmacêutico se compromete a assumir integralmente as atividades da Unidade, participar das ações educativas promovidas pela SES-MG, cumprir as Boas Práticas Farmacêuticas, entre outras exigências.

PHARMACIA BRASILEIRA –

O que definirá a manutenção de um Município na rede mineira de farmácias públicas? O que o Município precisará fazer para continuar recebendo o incentivo para o custeio dos farmacêuticos?

Superintendente de Assistência Farmacêutica de Minas Gerais, Augusto Guerra –

Um dos primeiros quesitos para o Município se manter na Rede Farmácia de Minas é o cumprimento do Termo de Compromisso e do Termo de Responsabilidade Técnica. Além dessa responsabilidade, o Município deverá garantir a alimentação dos indicadores em assistência farmacêutica estabelecidos para a Rede, a elaboração de relatórios de monitoramento, bem como a prestação de contas, ao final de cada exercício financeiro.